

AS TRANSFORMAÇÕES E EXPECTATIVAS DA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA: TENSÕES NAS GRANDEZAS DEMOCRÁTICAS.

André Luis Carneiro Buna¹

Haron Barberio Francelin²

Eixo temático: Democracia, Democratização e Qualidade da Democracia.

Resumo: Sem dúvida, a qualidade política e participativa dos agentes sociais nas decisões que tomam, bem como as estruturas que influenciam essa capacidade resolutiva se tornou um questionamento ortodoxo dentro das respostas que os cientistas políticos se propõem a compreender. Dessa forma é relevante entender as transformações que os modelos de participação (Dalton, 2008) e expectativa (Norris, 2011) vem sofrendo, em boa medida porque na leitura contemporânea existe o diagnóstico do esvaziamento das instituições convencionais (Dahl, 2001) enquanto instâncias que assumem a confiança representativa dos agentes. No tocante a essas transformações é impositiva uma reflexão teórica e descritiva que condense essas novas formas de participação que ensejam novos aspectos voluntários, a saber, com arestas mais ampliadas entre as estruturas e os agentes, além de instrumentalizados com novas ferramentas como a internet. Dessa forma, é necessária uma série de reflexões prévias que constituam modelos que dialoguem e de certo modo relacionem expectativa e participação. Para tanto, esse presente trabalho de maneira analítica e descritiva procura entender a construção teórica do conceito de participação política, seu desenvolvimento associado aos novos meios não convencionais de participação. O reflexo nas expectativas observadas nas pesquisas que analisam a credibilidade democrática como resposta às demandas sociais; e o debate acerca dos limites da capacidade de participação política enquanto expectativa indubitável para o desenvolvimento cívico. A primeira seção descreve o processo de transformação dos modelos de participação política, suas transformações nas formas de análise, as categorias assumidas, a mudança nos modelos e a responsabilidade metodológica de conceituar. A segunda seção demonstra um debate relacionado à lacuna encontrada na avaliação pelos indivíduos da democracia enquanto sistema e em contraponto a satisfação proporcionada por ele, e como tal nível de expectativa está vinculado a quantos recursos estão disponíveis. Por fim, sublinha tais proposições nas avaliações empíricas dos brasileiros referentes ao sistema democrático nos anos de 2018 e 2022, para testar em sentido moderado se observamos alguma relação no caso nacional. Constituindo mais luz a análise e abarcando todo esse debate teórico em um plano empírico, o caso brasileiro se torna útil para de maneira moderada analisar a avaliação que os cidadãos fazem da participação, bem como das expectativas que tem do sistema democrático. Para tanto dispôs do acervo de dados colhidos pelo ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro) das duas últimas eleições 2018, 2022, que avaliaram a confiança dos agentes nas instituições, na eficiência democrática e na importância do voto, tais aspectos se conformar a todo o debate levantando acerca dos modelos de participação política e do engajamento dos indivíduos no sistema democrático.

Palavras-chave: participação, expectativa, democracia, transformações, modelos.

Introdução.

Sem dúvida, a qualidade política e participativa dos agentes sociais nas decisões que tomam, bem como as estruturas que influenciam essa capacidade resolutiva se tornou um questionamento ortodoxo dentro das respostas que os cientistas políticos se propõem a responder. Schumpeter (1961) na obra “Capitalismo, socialismo e democracia” já denunciava o pouco interesse e vocação que os indivíduos dispunham para tratar os assuntos de ordem

¹ André Luis Carneiro Buna. Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Ciência Política - PPGCP-UFPA - e doutorando pela Universidade Federal de São Carlos no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – PPGPOL-UFSCAR.

²Haron Barberio Francelin. Mestre e Doutorando pela Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - PPGPOL-UFSCAR - Bolsista CAPES, haron540@hotmail.com

política. No entanto, a idealização schumpeteriana pode ser posta sob suspeita, a título de enquadramento, ao passo que nível de instrução é uma característica muito própria, influenciada, sobretudo pelo tempo, espaço, escolaridade e cultura em que se dá. Ou seja, em boa medida, a participação se confronta com a expectativa que se tem dela, leia-se, aquilo que se esperava e aquilo que se tornou em razão do ambiente possível.

Dessa forma, é necessária uma série de reflexões prévias que constituam modelos que dialoguem e de certo modo relacionem expectativa e participação. Para tanto, esse presente trabalho de maneira analítica e descritiva procura entender a construção teórica do conceito de participação política, seu desenvolvimento associado aos novos meios não convencionais de participação. O reflexo nas expectativas observadas nas pesquisas que analisam a credibilidade democrática como resposta às demandas sociais; e o debate acerca dos limites da capacidade de participação política enquanto expectativa indubitável para o desenvolvimento cívico.

A primeira seção descreve o processo de transformação dos modelos de participação política, suas transformações nas formas de análise, as categorias assumidas, a mudança nos modelos e a responsabilidade metodológica de conceituar. A segunda seção demonstra um debate relacionado à lacuna encontrada na avaliação pelos indivíduos da democracia enquanto sistema e em contraponto a satisfação proporcionada por ele, e como tal nível de expectativa está vinculado a quantos recursos estão disponíveis. Por fim, sublinha tais proposições nas avaliações empíricas dos brasileiros referentes ao sistema democrático nos anos de 2018 e 2022, para testar em sentido moderado se observamos alguma relação no caso nacional.

1. As Transformações da Participação Política.

O ato de participar pressupõe uma ação voluntária, um engajamento. Nesse timbre, é uma análise de movimento seja de ordem pessoal ou coletiva, tal componente do mundo social começou a ter mais relevo analítico partir dos anos 1940, muito debitado ao desenvolvimento metodológico conquistado através das técnicas de amostragem e das pesquisas de opinião pública (Almond e Verb, 1989)

Esse itinerário foi fundamental para constituir uma base empírica que possibilitou a formulação de tipologias, comparações, sistematizações de modelos, e outras formas analíticas de enquadramento da participação política. Assim, mapear os determinantes de engajamento (DALTON, 2008) produz um subsídio profícuo para analisar o nível de crédito e crença dos indivíduos na participação política e no espectro democrático.

Contudo, é necessário um recuo no desenvolvimento do conceito de participação política, de modo que ele incorporou novas formas de participação no decorrer do tempo, a saber, os protestos, greves, abaixo assinados, dentre outras (Barnes; Kaase, 1979). Essas formas foram categorizadas como *não convencionais* e que fugiam da configuração primordial tipificada de participação política (Milbrath, 1965) que foi se alinhando paulatinamente entre participação política e social.

Tais transformações no modo do ativismo participativo rearranjaram a leitura constitutiva do perfil de cidadão político, cuja atuação agora estaria mais volta a realidade política propriamente dita, essa comovida pelas condições materiais de existência e experiência que determinam exigências e direitos que compõe a sua atitude (DALTON, 2008). Assim, a linguagem e os instrumentos disponíveis reforçariam a capacidade de sofisticação da participação política.

Russel. J. Dalton (2008) no livro “*Citizen Politics: Public Opinion and Political Parties in Advanced Industrial Democracies*” põe em suspensão as premissas das teorias elitistas (Huntington, 1975) as quais valorizam uma forma de consciência política atrelada uma sofisticação de cidadania que como efeito fomenta a estabilidade do regime, denominando esse aspecto de característica subjetiva dos cidadãos de “*Supercitizen*”.

Isto posto, Dalton (2008) demonstrou que a habilidade política pelo repertório instrutivo que os cidadãos americanos dispõem é relativamente baixa, ou seja, a racionalidade refinada não é uma necessidade imprescindível para o funcionamento dos processos democráticos e participativos, os quais operam com padrões e crenças plurais em conformidade ao estado de recursos acessíveis para serem mobilizados.

1.1. As dimensões da participação política.

Os sistemas democráticos outorgaram aos cidadãos competências para pleitear suas demandas em instâncias de participação distintas, cuja funcionalidade muitas vezes culmina em níveis de aceitação e legitimidade distintos, a depender do caso analisado. Por seu turno as novas democracias majoritariamente experimentam seus valores com credibilidade inaugural e positiva, enquanto nas democracias estabelecidas esse fenômeno se opera em declínio e descrédito paulatino. “Nas democracias estabelecidas, no entanto, os observadores estão agora

fazendo afirmações alarmantes de que os cidadãos estão se tornando apáticos sobre seus direitos democráticos” (Dalton, 2008, p.32)³

Essa dissonância pode ser entendida pela chave da expansão dos meios não convencionais de participação política, isto é, a introdução de novos valores participativos corrobora para ampliação do questionamento dos valores tradicionais (Dalton, 2008), bem como pela introdução de novos requerimentos cívicos, exigências além dos registros materiais tradicionais, em muitos países já conquistados. Essas demandas são denominadas de pós-materialistas, que seriam a assunção de necessidades além da econômica, como a liberdade de expressão, a igualdade de gênero e o meio ambiente (Abramsom, Inglehart, 1999).

Assim, essas duas mudanças correspondem a uma transformação significativa na determinação do que se entende por participação política, haja vista que resultam em um novo modelo designado para compreensão do fenômeno, incorporando novas dimensões de demanda e prática.

Esmiuçando essas duas chaves analíticas partindo primeiramente das novas formas de participação política, o trabalho pioneiro em incluí-las e por conseguinte categorizar as mesmas em uma nomenclatura que foi incorporada posteriormente por diversas linhas de pesquisa, foi o de Barnes e Kaase (1979) “*Political action: Mass participation in five Western democracies*”, nele os autores deram em certo sentido uma resposta a cadeia de manifestações que acontecia nos países industrializados e desenvolvidos no final dos anos 60 e início do 70.

Tal conduta revelou um contraponto latente às teorias da modernização (Huntington, 1975) que ancoram a estabilidade política no binômio da modernização e institucionalização e, que esses aspectos quando desenvolvidos provocam uma estabilidade política, fato que não foi observado no caso concreto no tempo mencionado, mormente por que a maioria desses protestos se deram em nações desenvolvidas, tanto em âmbito institucional, material e econômico na Europa.

A inclusão dessas novas modalidades ocasionou em uma distinção objetiva entre os meios convencionais e não convencionais a partir do referencial proposto no *Political Action*. O modelo clássico proposto por Verba e Nie (1971), traz atividades de campanha, voto, atividade cooperativa, contato social e contato personalizado como meios convencionais. Cada modo de atividade dessa ordem é situada nas práticas sociais historicamente constituídas que fazem a mediação entre as demandas dos agentes e a competência das estruturas sociais de

³ Tradução do autor

supri-las, ou seja, tem um reflexo direto em formar vínculos ortodoxos que tem uma trajetória histórica reconhecida como legítima.

Dentre os meios convencionais que absorvem a mobilização política dos indivíduos pode-se destacar como instituição mediadora *sine qua non* os partidos políticos que, são fundamentalmente essa instância social historicamente construída responsável por articular e agregar os interesses dos indivíduos a alguma instituição que escolhida eletivamente os representa.

Aqui é importante ponderar que esses meio convencionais formam o desenho da estrutura democrática na maioria dos países, bem como influenciam em todo o acervo legal que racionaliza essas práticas (Norris, 2011), cujo norte está em aspectos republicanos que sistematizam as próprias formas de decisão, assim, o surgimento de meios não convencionais, não exclui os pretéritos, eles coexistem de maneira mais ou menos complementar, ao passo que a própria ofensa a esses meios convencionais, de maneira inconventional é censurada, podemos citar os casos recentes do Brasil e dos Estados Unidos.

Em 6 de janeiro de 2021 manifestantes insatisfeitos com a derrota do ex-presidente americano Donald Trump na última eleição invadiram o Capitólio americano exigindo a anulação da eleição, além da não diplomação de seu concorrente Joe Biden. Fato análogo dois anos depois aconteceu no Brasil, quando manifestantes não aceitaram a derrota do ex-presidente Jair Bolsonaro e invadiram o Congresso Nacional exigindo uma intervenção militar, assegurando no poder o antigo presidente, e não possibilitar o exercício do poder legítimo do seu concorrente Luiz Inácio Lula da Silva.

A lição retirada desses dois eventos, a título do panorama que traçamos, é que os meios não convencionais não podem ser instrumento para deslegitimar os meios convencionais. Ou seja, a própria natureza da participação configura uma determinada dóxica⁴ de capacidade e de assunção ao realizar o meio não convencional. Resta claro que essa aceitabilidade por parte dos agentes que participam da prática não convencional, muitas vezes, não é respeitada, gerando a necessidade da interferência do poder de estado em sanções de ordem impositiva, como o cerceamento de liberdade – prisão – ou a própria violência física.

Portanto, o meio não convencional tem um aspecto negociável entre os indivíduos e as instituições, ao passo que se ultrapassar o limite acordado é passível que exista mecanismos

⁴ “Aquilo que se sabe quando ninguém nos interroga, mas que não se sabe mais quando devemos explicar, é algo sobre o que se deve refletir. Evidentemente algo sobre o que, por alguma razão, dificilmente se reflete” (Wittgenstein, 1979, pág. 49)

de controle que vão tolher tal comportamento. Em outras palavras, embora o meio não convencional seja expresso fora das arestas do formalismo institucional, muitas vezes, a capacidade de sanção⁵ por parte das instituições ainda é verificada.

Dessa maneira, definir os meios não convencionais é um campo de disputa de suma importância, em boa medida porque é responsável por deliberar os aspectos descritivos que definem essas novas formas de participação (Dalton, 2008)

1.2. Os Modelos de Participação.

A consideração dos meios não convencionais como novas formas de participação política culminaram em uma nova agenda de conceitualização. Além de possibilitar através do banco de dados empírico, que tiveram sua capacidade de extração maior pela presença crescente dos *surveys* e pesquisas de opinião⁶, um reforço quanto às possibilidades de análise e mensuração do comportamento político dos indivíduos, incluindo maneiras diferentes de engajamento que não estão, necessariamente, outorgadas por uma instituição ou ideologia forte e indispensável, fazendo apenas demandas de questões pontuais e pessoais, muitas vezes serem consideradas como meios participativos.

Nessa linha Julia Borba (2012) no artigo “Participação Política: uma revisão dos modelos de classificação”, reforçou a importância da construção conceitual dos meios não convencionais, contudo, que respeitando determinadas traduções que permitam análises de correlação sem alargar demais o conceito e perder suas propriedades constitutivas que são essenciais para a sua validade e diferenciação (Sartori, 1970).

Logo, em sede dessa importância que a deliberação conceitual assume, o trabalho de Russel J. Dalton (2008) no livro “*Citizen Politics: Public Opinion and Political Parties in Advanced Industrial Democracies*” se torna imprescindível. Nele o autor elabora uma radiografia categórica que descreve a tipologia característica dos modelos de participação política combinando variáveis de mobilização cognitiva e simpatia partidária.

⁵ Importante destacar que a capacidade de sanção é o que define a eficiência de uma instituição, seja pela censura física, espacial ou até mesmo constrangimentos, desde que efetivos.

⁶ Dentre essas pesquisas de opinião pode-se citar: Eurobarômetro, 1970 European Election Study, 79 European Values Survey, 81 World Values Survey, 81, International Social Survey Program, 85, Global barômetro, 90 (Latino barômetro 95, pesquisas realizadas em África) Comparative National Elections Project, 90, Comparative Study of Electoral Systems (1995)

Esses modelos de participação exigem um nível de habilidade próprio, determinadas exigências para atuação, além de estarem circunscritos em um determinado grau de conflito e esforços de cooperação conjunta. Eles combinam o engajamento individual com as possibilidades proporcionadas pelo aparato institucional. O autor divide a participação em quatro modelos, sendo: o voto, a atividade de campanha, protestos, atividade comunitária e contato direto.

Em sua adução, cada categoria proposta teria uma determinada razão de influência, conflito, esforço requerido e cooperação com os outros. Vale ponderar, portanto, que essa capacidade de interdependência reforça a característica multidimensional da participação política.

O voto seria a instância de participação política institucionalizada, majoritariamente aplicada nas democracias que atinge a todos os indivíduos civilmente capazes de seu exercício. Propriedade deliberativa essa que foi conquistada massivamente no último século, em matérias de gênero, raça ou classe social “As democracias modernas experimentaram uma elegibilidade cada vez maior dos cidadãos para votar nas eleições” (Dalton, 2008, p.36)⁷. No entanto, na ótica do autor tal expansão não significou necessariamente um maior engajamento e reforço na competência do cidadão, ao contrário, no seu caso observado - Estados Unidos - os indivíduos tinham menor crença sobre o poder do voto.

Já o segundo modelo apresentado pelo autor, de nome atividade de campanha, exerce um forte vínculo entre os indivíduos e as instituições que mobilizam as decisões do mundo social, sendo por excelência os partidos políticos responsáveis por essa função, mas não às únicas, bem verdade que na ótica de Dalton (2008) vê-se uma queda significativa da filiação partidária e da confiança no sistema político.

Aqui se encontra um problema latente dentro da própria Ciência Política, e percebido por Manin (2013), em que os partidos, antes concebidos como instituições tradicionais responsáveis por dirigir as demandas dos indivíduos, estão perdendo a capacidade de absorver, tratar e enfileirar em ordem de prioridades tais demandas. Muito embora ainda sejam formalmente responsáveis por conduzir mecanismos significativos das tomadas de decisão em uma sociedade.

“Mas a erosão das fidelidades partidárias duradouras não implica a obsolescência dos partidos políticos. Como observação preliminar, devemos notar um fato bastante óbvio, mas importante. Os fiéis a um partido não estão à beira da extinção. Eles podem ser menores em número do que eram no passado, mas ainda formam uma massa

⁷ Tradução do autor.

significativa que deve ser levada em consideração. Além disso, um exame mais detido revela duas áreas em que os partidos não perderam força e continuam a ser atores centrais: política parlamentar e campanhas eleitorais.” (Manin, 2013. p.117)

Tal fenômeno de descrença coletiva no sistema político e seus partidos, bem como na força da democracia enquanto manifestação de vontade, também foi observado no caso brasileiro por José Paulo Martins Junior e Humberto Dantas (2004) no artigo “ O índice de Participação e a importância da educação” nele os autores analisaram a correlação forte que existe entre instrução escolar e participação política, ou seja, existia uma relação de permanência do indivíduo no sistema de escolar e o seu interesse pela esfera política de modo que quanto mais expressiva for a permanência do indivíduo dentro do sistema de ensino, mais chance tem de prever um cidadão engajado politicamente.

Robert Dahl (2001) também formulou essa prescrição platônica, no sentido de utopia que é associar a maximização da escolaridade de uma população para ter resultados mais conscientes nas decisões de responsabilidade do povo, no entanto, tal desigualdade é presente majoritariamente nas democracias do mundo, em concorrência a outras desigualdades que promovem a concentração de recursos e o não desenvolvimento do sistema “ As desigualdades extremas na distribuição de recursos-chaves como renda, riqueza, status, saber e façanhas militares equivalem a desigualdades extremas em recursos políticos” (Dahl, 2001, p. 92).

Isto resulta em uma dissonância insustentável que culmina na produção de outro modelo de participação política, esse de ordem não convencional. Pata Dalton (2008) os protestos, cuja manifestação se traduz nessas mobilizações que não estão diretamente intermediadas por instituições políticas tradicionais, embora, possam estar, contestam o padrão de ação e o *status quo*. Contudo, por eles se divulga a natureza orgânica de uma sociedade, ao passo que seu orquestramento tem um tônus totalmente atrelado a níveis de expectativa.

“Desde que Menino Agrippa se dirigiu aos romanos, que haviam entrando em greve e ocupado o Monte Sagrado no VI a.C., a concepção “orgânica” da ordem social vem sendo defendida em inúmeras ocasiões. Segundo o tão reverenciado cônsul romano, que em palavras típicas da Enciclopédia Britânica, era conhecido como um “homem de pontos de vista moderados”, cada camada social tem seu “próprio lugar” no grande organismo. As camadas inferiores devem obter sua satisfação a partir da “glória refletida” e independentemente de sua inferioridade, ser consideradas “igualmente importantes” para o funcionamento do organismo a que pertencem” (Mészáros, 2007, p.7)

Dessa forma, os protestos são o ventre visceral na relação entre participação e expectativa, sobretudo nas classes sociais que não possuem canais de contato convencionais. Encontra-se nesse modelo uma forma de se fazer ouvir, que pode resultar em desdobramentos

positivos. Recentemente se deu o marco temporal dos dez anos do evento que se convencionou chamar de Jornadas de Junho. Série de eventos de protestos que aconteceram por todo o Brasil, no qual manifestações políticas de larga escala e magnitude que demandavam, primeiramente, ajustes nos preços das passagens de transporte público e culminaram em uma vasta série de reivindicações de diferentes pautas e interesses.

Destaca-se que as manifestações de Junho brasileiras podem se somar a outros diversos protestos de rua que aconteceram naquele ano, como a primavera árabe que foi uma massiva mobilização de rua no Norte da África e no Oriente. Essa cadeia de manifestações global foi influenciada por um caráter de excessiva desconfiança com o sistema político, incitada, sobretudo por denúncias de corrupção na gestão pública e, com as expectativas colocadas em questionamento, ao passo que não estariam supridas por aquilo que o Estado era capaz de ofertar “Era possível verificar em ambas as manifestações a ânsia social pela derrubada de regimes autoritários e corruptos, em suas devidas proporções, e a luta incessante pela melhoria da qualidade de vida.”(Arata *et al*, 2020, p. 22)⁸. Por mais que os movimentos de protestos brasileiro tenha sido capturado por organizações políticas, sejam partidárias ou sejam não institucionais, a onda de protestos nacionalizados, surgiram orgânicas com ajuda da popularização das redes sociais. Desta feita, os protestos surgem como arranjos sociais orgânicos que contornam os níveis de participação e expectativa e estão presentes ativamente nos vínculos entre representantes e representados.

Outra forma de vínculo entre dirigentes e dirigidos que Dalton (2008) apresenta em seus modelos é o contato direto, que significa uma aproximação entre os eixos estamentais da democracia, nesse modelo existem estratégias de otimização das demandas dos representados, por indivíduos ou grupos que atingem o contato. Esse dinamismo reverbera em uma maior sensação de representação, embora possa em muitos casos ser seletiva, ou seja, só dando vazão aos indivíduos ou grupos que acessam os representantes, excluindo os demais. Contudo, o contato direto é um instrumento que mitiga o distanciamento, em boa medida porque pode criar canais contínuos de comunicação e informação.

No entanto, tal modelo de participação política quando não bem administrado, isto é, modulado apenas por uma parcela de interesses, constrói gramáticas políticas como o clientelismo e patrimonialismo (Nunes,1980), que seriam distorções no contato direto, cujas

⁸ Tradução do autor.

exigências sanadas tem apenas o objetivo de saciar uma parcela de interesses que se retroalimentam no apoio ao representante que possibilita recursos ao vínculo.

Pippa Norris (2013) no artigo “Recrutamento Político” observa que os próprios partidos políticos funcionam nessa lógica no recrutamento de seus candidatos, ou funcionários, visto que os selecionados tanto para concorrer eleições, como para ocupar cargos, tem como questão diferencial o contato direto com os representados, ligação que possibilita maior fidelidade e previsibilidade nas escolhas dos representados “O processo de recrutamento para os cargos eletivos e de confiança é amplamente percebido como uma das funções residuais mais importantes dos partidos, com consequências potenciais para o grau de conflito intrapartidário, para a composição dos parlamentos e governos e para fiscalização (Norris, 2013, p. 11).

Por fim o último modelo de participação política idealizado por Dalton (2008), denominado atividade comunitária está adstrito a um alto grau de organização, em que busca a participação social dos indivíduos muitas vezes fora do ambiente institucionalizado e do foro partidário, nesse modelo existe uma distribuição maior de recursos na arena política, condicionando a uma participação social em outras instâncias como associações, fundações, cooperativas, que operam as demandas dos seus membros de maneira coesa, ou seja, tem bem delimitado sua esfera de atuação.

Pondera que as políticas públicas têm absorvido muitas vezes esses grupos sociais que deliberam nesse modelo de participação política. Não obstante em muitos casos os próprios grupos têm uma agenda executiva que auxilia o poder público na finalidade da atividade, são inúmeros os casos dessa natureza, seja desde associações de bairro que ajudam no policiamento, como paróquias que dão moradia e abrigo a indivíduos em situação de vulnerabilidade, bem como todas as organizações que reforçam esse caráter de solidariedade.

Tal modelo dinâmico de organização é caracterizado pela literatura em muitos casos como terceiro setor, instâncias paraestatais que seriam esse conjunto de organizações que se posicionam entre as instituições e os agentes, mobilizando seus interesses de maneira concisa e sofisticada, que em certos aspectos dualiza com os modelos convencionais de participação política na preferência dos agentes “Essas novas formas de organização social não são aproveitadas pela adesão às instituições sociais tradicionais. Além disso, a participação do grupo pode incluir o novo estilo de grupos de interesse público” (Dalton, 2008, p. 46)⁹

⁹ Tradução do autor.

Os movimentos sociais nesse sentido atuam em um determinado regime conjunto as políticas públicas. O conceito de regime exprime essa relação que se forma entre as oportunidades vislumbradas e as estratégias mobilizadas pelas organizações sociais na busca de posicionar seus interesses no topo da agenda a ser cumprida, de modo que os movimentos sociais, embora não diretamente vinculados aos partidos políticos, encontram na relação oportunidades que possibilitam transformar suas agendas próprias em agentes oficiais.

Esse contencioso entre as organizações sociais para tornar seu ponto de vista como o oficial e público, isto é, a transformação de uma demanda particular, de um indivíduo ou coletivo, em demanda pública foi bem observado no livro “Sobre Estado” de Pierre Bourdieu (2014) tal configuração se deu em uma comissão referente a moradia na França denominada de Comissão Barre, ali existia um campo de disputa entre pontos de vistas particulares para a chancela e a legitimidade da conquista do ponto de vista universal, transformação ocorrida em sede de uma mudança do ponto de vista hegemônico, da “ajuda de pedra” – ajuda ao construtor – para a ajuda ao comprador (Bourdieu, 2014, p. 47). Tal mudança dever-se-ia à conquista de uma determinada visão atrelada a recursos de poder de certos coletivos de agentes, como a pertinência em certos cargos de gestão, e a propriedades de mobilização atreladas com as oportunidades materiais.

O Estado é nesse prisma uma constante composição conflituosa entre agentes privados para transformar o particular em universal: “Esses interesses particulares trabalham numa lógica tal que vão conseguir essa espécie de alquimia que transformará o particular em universal” (Bourdieu, 2014, p. 67). Portanto, os agentes sociais que se dispõem à conquista do ponto de vista associado ao ponto de vista dos pontos de vista – a ordem pública – estão necessariamente articulados à conquista da burocracia, oficialidade e o universal impessoal.

“Para conseguir esse efeito de des-particularização, esse conjunto de instituições a que chamamos “o Estado” deve teatralizar o oficial e o universal, deve dar o espetáculo do respeito público pelas verdades públicas, do respeito público pelas verdades oficiais em que a totalidade da sociedade supostamente deve se reconhecer” (Bourdieu, 2014, p. 61).

Neste timbre a Ação Comunitária tem em muitos casos a finalidade de dispor seu ponto de vista particular em busca da preferência ou da oficialização da sua demanda frente às demais, mobilizando estratégias que dialoguem com os partidos políticos, ou mesmo representantes em específico para atingir seu objetivo, esse modelo embora seja não convencional, pode em muitos casos ser imbricado nas estruturas convencionais.

Assim, constrói através desses tipos ideais uma sistematização que não rompe com as arestas do conceito, Sartori (1970) defendia que as necessidades de mensuração que a forma hegemônica de produzir ciência impõe, processo que faz muitas vezes perde as características centrais do conceito para possibilitar sua quantificação e comparação.

Isto posto, os modelos participativos de Dalton (2008) são um terreno seguro para conquistar noções sobre as formas de engajamento e por conseguinte compreender em certo sentido os níveis de expectativa, bem verdade que tal relação é estritamente dependente, ao passo que quanto mais a participação é eficiente, mas a expectativa se sente contemplada, em boa medida, porque esse vínculo se retroalimenta, tanto de maneira positiva como negativa, a disposição das condições materiais que podem ser mobilizadas.

2. As Transformações de Expectativa Política.

No livro “Dialética do Esclarecimento” Adorno e Horkheimer fazem uma genealogia do processo de racionalização, nessa jornada eles findam que a expectativa, isto é, a segurança da previsibilidade entre determinada ação e, determinado resultado é aquilo que mobiliza os homens a primeiro racionalizar suas crenças, para depois racionalizar o próprio processo de assunção da natureza. Tal itinerário não foge do êxodo de racionalização sofridos no sentido deliberativo de uma sociedade, ou seja, o voto tem em sua prescrição implícita que é uma forma legítima de prever certos caminhos na gestão da res pública, caminhos esses que são contenciosamente apresentados para escolha dos cidadãos aptos a votar.

Contudo, existe uma descrença na conformação e coerência desse processo de racionalização que muitas vezes corresponde em uma divergência entre aquilo que foi apresentado e aquele que se concretizou, de tal modo, que o próprio sistema se enfraquece. Em face a essa tensão inerente à expectativa enquanto código de previsibilidade racional, objetiva sua análise aos processos democráticos, que operam na lógica da expectativa também.

Pippa Norris (2011) no livro “*Democratic deficit: critical citizens revisited*” conduz um esforço analítico significativo para entender a relação entre a crença e o suporte ao sistema democrático, seus componentes de apoio, e a satisfação das aspirações pretendidas pelos agentes nesse sistema, isto é, a democracia enquanto ferramenta é legítima, bem como funciona. A autora pondera que as democracias jovens e consolidadas vêm sofrendo um processo de déficit entre as aspirações e o seu desempenho.

Tal dissonância na ótica da autora enverga o questionamento acerca da legitimidade da democracia enquanto sistema, ou seja, os indivíduos depositam confiança ainda nela como sendo o melhor sistema político, cuja forma contempla suas necessidades, ou existe uma descrença, indigesta e cética que aumentou o nível crítico dos agentes frente aos desafios e os limites daquilo que o sistema democrático pode ser provedor.

Esse déficit democrático e distância de pertencimento pode ser explicado para Norris (2011) na chave de alguns fatores, a saber, o crescimento e ampliação das demandas da população, as notícias negativas e informações que corroboram para a descrença e os desempenhos ruins.

2.1. Das dimensões da Expectativa Política.

Esmiuçando esses três fatores que remontam a uma transformação da expectativa política, enquanto dimensões. Pode-se aferir que a ampliação das demandas da população está vinculada a um processo de surgimento de novas demandas, a rigor, porque as demandas preteridas já se tornam em certo sentido banais em matéria de reivindicação, essa hierarquização foi constituída por Inglehart (1999) como demandas materialistas e pós materialista. Dalton (2008) discrimina que o ambiente que você se socializa, isto é, aquele que incorpora as condições materiais de experiência e existência, tem ligação com o que suas aspirações procuram.

Portanto, o comportamento dos agentes, bem como suas pretensões materiais tem estreita sustentação com o ambiente de sua socialização, os valores das questões reivindicadas estão administrados pelas condições materiais de existência. Assim, existe um paradoxo sensível que é mobilizado em matéria de comportamento político, quanto maior informação, direitos, possibilidades e conquistas sociais que os cidadãos conseguem, maior será seu nível demandado ao sistema, ao passo que um cenário de retroatividade e recessão material, culmina em um fomento ao ceticismo perante ao regime.

Em outras palavras, o crescimento da capacidade cognitiva atrelados aos processos de desenvolvimento material, culmina por uma maior responsabilidade de estabilidade das condições atingidas pelo sistema político (Norris, 2011). No que tange aos limites das aspirações elas por terem essa natureza mutável e crescente que versam majoritariamente pela irretroatividade dos direitos conquistados.

Outra dimensão na ótica de Norris (2011) que influencia o contingente entre a declínio nas respostas das aspirações dos agentes, seria as notícias negativas, a velocidade de ventilação das informações, bem como o conteúdo dessas próprias informações atinge as crenças dos agentes diretamente, corroborando para que os mesmos tenham sensíveis alterações da própria realidade. Esse processo de reificação através de um intermediário é o que mobiliza muitas vezes uma leitura dos fatos muito incoerente com a própria realidade, potencializada ou mitigada a depender do ângulo assumido.

Contudo, aqui cabe um debate acerca do problema inerente em assumir um certo grau de relativismo nas crenças, ou seja, embora exista diferentes assunções da realidade, é imprescindível carrear certa coerência, a inexorabilidade dos avanços conquistados em muitos casos é incontestável, por exemplo a inclusão de certos grupos sociais, como as mulheres, negros e imigrantes nos processos deliberativos, não pode ser formulada em um prisma que debite perdas ao sistema política, assim, existem pontos de possibilidade de assumir interpretações divergentes, porem outras conquistas sociais se torna indubitáveis.

Uma recente política pública nacional sofreu esse processo de universalização, em que intermediários diferentes assumem como questão incontestável e irrenunciável sua agenda, a saber, o programa Bolsa Família criado no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). Como bem destacou Laura Carvalho (2018) no livro “Valsa brasileira: do boom ao caos econômico” o programa sofreu nos primórdios sérios ataques sobre o caráter excessivamente assistencialista, no entanto, com o sucesso de tal medida o programa foi incorporado como agenda de estado, independentemente do partido eleito, embora fosse batizado de outras formas como “Auxílio Brasil”.

Logo, os intermediários são responsáveis pela transmissão das ações dos representados no sistema político, aos representantes, dinâmica que constitui a modulação entre os níveis de satisfação e aspiração e que constitui papel importante a mídia para a tradução da realidade, a opinião pública nesse sentido seria uma variável imprescindível para o entendimento do comportamento político.

Por fim a última dimensão que Norris (2011) sensibiliza são os desempenhos ruins, bem verdade que a análise de desempenho é majoritariamente relacional, ou seja, o desempenho de determinado fenômeno tem sua perspectiva analisada em comparação, seja temporal, de um recorte de tempo ao outro, seja de estrutura e sistemas propriamente ditos, comparando os índices de certa matéria.

As avaliações de desempenho reservam ligação com as aspirações e com o recorte geracional em que são avaliadas, sobretudo quando se dão pela percepção exclusiva dos agentes, cuja a deliberação está atrelada aos recursos que dispõem e conhecem, logo, a interpretação é enviesada pelo período em que tem contato com certas propriedades econômicas, sociais e políticas.

A título de ilustração um agente que conhece dois momentos distintos de condições econômicas radicalmente opostas, como a recessão e o progresso, por exemplo, pode avaliar o desempenho de uma maneira, isto é, ponderando de certa maneira as nuances. Assim, a percepção de desempenho não foge das arestas históricas e materiais que são constituídas.

Além disso, outro ponto que estimula a análise de desempenho dos sistemas é a incorporação dos princípios republicanos como ideais. A formalização dos direitos e deveres do Estado em diplomas legais, cria parâmetros a serem atingidos e realizados programaticamente, a própria estrutura do Estado democrático de Direito viabiliza a análise de desempenho em face por meio de parâmetros, sejam eles materiais como a comparação inter-sistemas ou intra-sistema- entre recortes de tempo distintos-, sejam parâmetros formais, como as ordens programáticas contidas nos diplomas legais, mormente a Constituição.

No entanto, para além dos padrões contemporâneos, é claramente importante considerar os anos acumulados que os cidadãos viveram sob diferentes regimes. É de esperar que as pessoas aprendam mais sobre a prática democrática ao viverem em condições de liberdade e de direitos humanos, onde tem oportunidade de participar da vida cívica, bem como através de imagens políticas e da conscientização transmitida pela escolaridade e pelos .(NORRIS, 2011, p.69)¹⁰

Por essas dimensões é possível analisar o déficit democrático (Norris,2011) que consiste na legitimação do sistema democrático como escolha, porém na insatisfação do mesmo enquanto provedor. O cidadão crítico é esse agente que consegue dispor suas aspirações de maneira ordenada em um recorte prospectivo ponderando entre aquilo que aspira e conhece e aquilo que o sistema pode dispor.

Os estadistas têm muitas vezes a capacidade de formular frases que sintetizam de maneira precisa fenômenos sociais, sem a necessidade da precisão epistemológica dos cientistas. Winston Churchill definiu essa tensão entre aceitabilidade e satisfação do sistema democrático, nos seguintes termos “A democracia é a pior forma de governo imaginável, à exceção de todas as outras que formas experimentadas”. Com isso, é imperioso destacar que embora existam dimensões que influenciam a avaliação do sistema democrático e sua ação

¹⁰ Tradução do autor.

programática como regime, ele ainda é aceito como o melhor meio político de atingir as demandas dos indivíduos (Norris, 2011).

2.3. Dos apoios políticos.

Todas essas bases de avaliações que mobilizam os sentimentos dos agentes pelo sistema democrático, podem ser seguidas pelo preâmbulo analítico proposto por Pippa Norris (2011) através de níveis de apoio, esses de ordem difusa ou específica. Tais níveis são dispostos em conformação as grandezas administradas, em face a) do pertencimento a uma comunidade nacional que seria a identidade específica de um determinado espectro de indivíduos adstritos a um territórios, compartilhando a mesma língua, costumes e cultura; b) Do apoio aos princípios do regime geral, que é a aprovação do modelo democrática, enquanto hegemônico quando comparado com os demais; c) Avaliação do desempenho geral do regime, que se interpreta pela satisfação com o seu funcionamento; d) Confiança nas instituições do estados que significa um apoio às instâncias que estruturam o sistema, a saber, o governo, o parlamento, os partidos, os tribunais e as forças de segurança; e) confiança em titulares de cargos eleitos e nomeados, que seria o depósito de esperança que aquele que foi delegado o poder de representar estaria a altura do encargo e da representação.

Tais níveis são modulados na égide da especificidade, bem como da difusão, sendo os valores mais coletivos, ou seja, os itens a), b) mas assimilados e universais, aceitos de maneira unívoca, já os demais itens c), d) e e) encontram repousados sobre o caráter particular dos agentes assumindo diferentes posicionamento avaliativos que produzem em certo sentido dissonâncias de agenda e de forma de gestão do sistema democrático.

Isto posto, foi possível de maneira concisa determinar o sistema de expectativas que fornecem elementos para analisar a eficiência e o desempenho da democracia, em face das aspirações que os agentes depositam nela através de sua confiança, de tal modo que resta claro que o sistema democrático está invariavelmente contornado nessa binômio entre a aspiração e o desempenho.

3. A Participação e o desempenho da democracia na avaliação dos Brasileiros.

Constituindo mais luz a análise e abarcando todo esse debate teórico em um plano empírico, o caso brasileiro se torna útil para de maneira moderada analisar a avaliação que os cidadãos fazem da participação, bem como das expectativas que tem do sistema democrático.

Para tanto dispôs do acervo de dados colhidos pelo ESEB¹¹ (Estudo Eleitoral Brasileiro) das duas últimas eleições 2018, 2022, que avaliaram a confiança dos agentes nas instituições, na eficiência democrática e na importância do voto, tais aspectos se conformar a todo o debate levantando acerca dos modelos de participação política e do engajamento dos indivíduos no sistema democrático.

Começando pela avaliação dos agentes sobre a democracia como regime a ser sustentado como legítimo temos os respectivos dados extraídos após os pleitos de 2018 e 2022. É importante destacar que o cenário e os contornos políticos desses períodos guardam particularidades que são variáveis que por si só múltiplas, que dariam um vasto campo de objetos de pesquisa a serem analisados, evidências que pela natureza do trabalho, não foram verticalmente analisadas.

Gráfico 1- Avaliação democrática, 2018

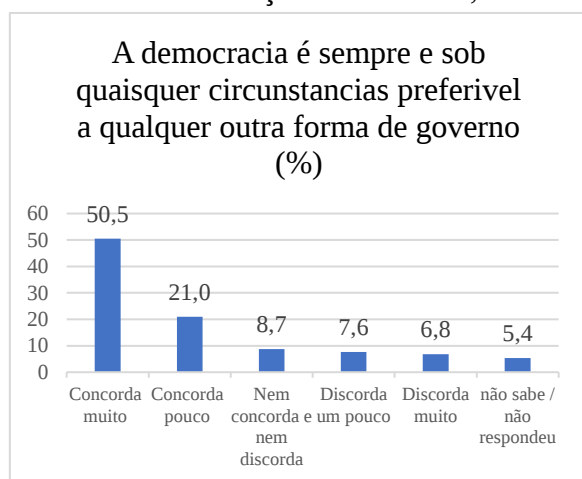


Figura 1. Fonte: ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro)

Pergunta: Q04a. Para cada uma das afirmativas seguintes, o(a) sr(a) diria que: A democracia é sempre e sob quaisquer circunstâncias preferível a qualquer outra forma de governo.

Gráfico 2- Avaliação democrática, 2022

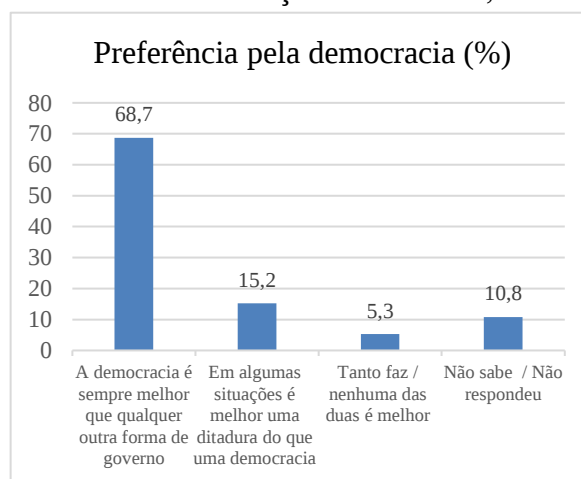


Figura 2. Fonte: ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro)

Pergunta: P8 Algumas pessoas dizem que a democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo. Para outros, em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia. Qual destas afirmações é mais parecida com sua forma de pensar

¹¹ O ESEB é survey nacional pós-eleitoral realizado pelo CESOP desde 2002 e que em 2018 chegou a sua 5ª onda. Realizado sob a coordenação da Profa. Dra. Rachel Meneguello, o ESEB é um projeto associado ao Comparative Study of Electoral Systems Project (CSES) da Universidade de Michigan, com participação de dezenas de instituições de vários países. Adicionalmente ao conjunto de questões desenvolvidas pelo CSES, o ESEB também é constituído por sua própria bateria de questões, visando investigar aspectos próprios do funcionamento político brasileiro.

Os dados extraídos do caso brasileiro conferem assertividade a proposição de Pippa Norris (2011) a qual os agentes preferem a democracia como sistema suporte, mesmo quando estão insatisfeitos com suas aspirações, embora haja uma discrepância entre os períodos ainda é possível afirmar que o sistema democrático é majoritariamente a preferência do brasileiro, quando a consciência de que o Brasil é um estado democrático, esse foi o resultado empírico do ano de 2022, tal pergunta não foi proposto na eleição de 2018.

Quanto a confiança nas instituições e quais instituições são mais confiáveis na ótica dos brasileiros, foram esses os resultados inferidos nos anos de 2018 e 2022:

Gráfico 3- Confiança Institucional,2018.

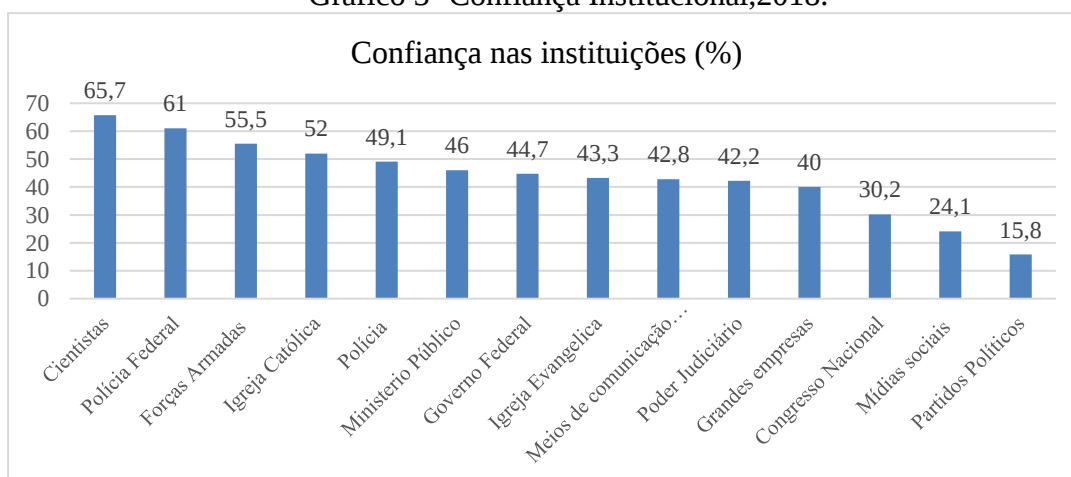


Figura 3. Fonte: ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro)

Pergunta: P4. Quanta confiança o (a) senhor(a) tem nas seguintes instituições e grupos: Muita confiança, alguma confiança, pouca confiança ou nenhuma confiança? (soma das categorias “muita confiança” e “alguma confiança”)

Gráfico 4- Confiança Institucional.2022.

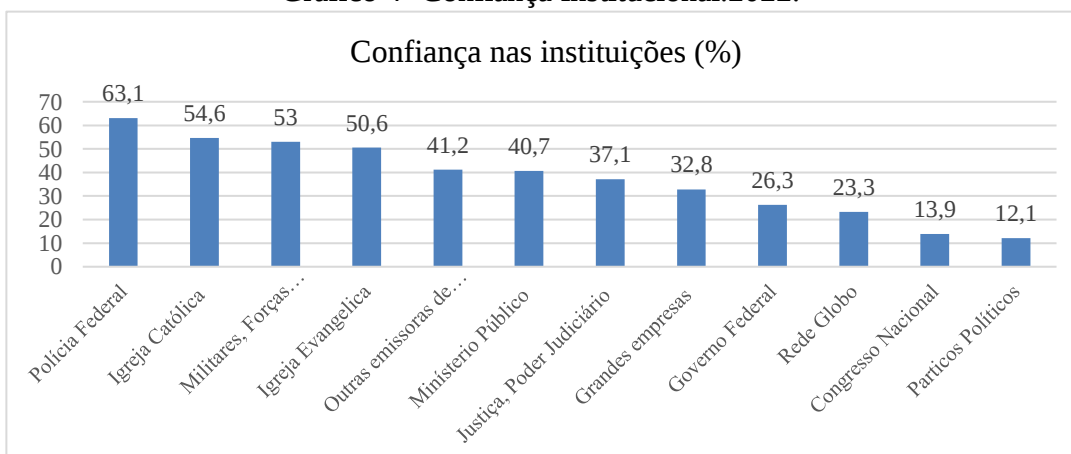


Figura 4. Fonte: ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro)

Pergunta: P4 “Agora, para essas mesmas instituições, gostaria de saber qual a sua confiança nelas. De um modo geral, o(a) senhor(a) tem muita confiança, alguma confiança, pouca confiança ou nenhuma confiança? (soma das categorias “muita confiança” e “alguma confiança”)

Veja, que os dados extraídos no caso brasileiro apresentam uma correspondência entre as instituições mais confiáveis em ambos recortes, com exceção dos cientistas que não aparecem no recorte de 2018, a sua inclusão muito se deve a pandemia do COVID-19 que assolou o mundo e reverberou maior confiança a ciência. No mais, as suspeitas de descrença nas instituições tradicionais (DALTON,2008) como os partidos e o congresso se comprovam na avaliação dos brasileiros que pouco depositam confiança.

Na avaliação do voto enquanto instrumento válido para o exercício da democracia, essa foi a expressão dos brasileiros:

Gráfico 5 - A influência do Voto, 2018

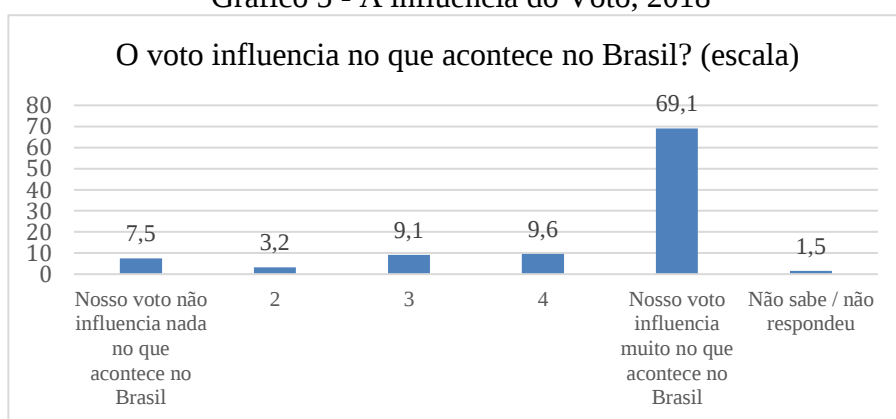


Figura 5 Fonte: ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro)

Pergunta: Q14b. [...] Algumas pessoas dizem que o nosso voto influencia muito no que acontece no Brasil, outras dizem que o nosso voto NÃO influencia nada no que acontece no Brasil. Gostaria que o(a) sr(a) dessa uma nota de 1 a 5 sendo que 1 dignifica que o nosso voto “NÃO influencia nada no que acontece no Brasil” e 5 significa que o nosso voto “influencia muito no que acontece no Brasil”. Que nota de 1 a 5 o(a) sr(a) dá para representar sua opinião sobre isso?

Gráfico 6 - A influência do Voto, 2022

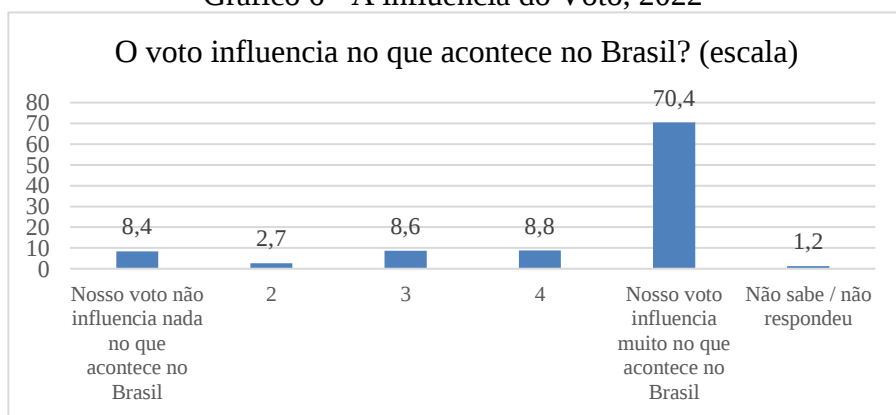


Figura 6. Fonte: ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro)

Pergunta: Q15. [...] Gostaria que o(a) sr(a) dessa uma nota de 1 a 5 sendo que 1 dignifica que o nosso voto “não influencia nada no que acontece no Brasil” e 5 significa que o nosso voto “influencia muito no que acontece no Brasil”

Dos dados extraídos se auferiu uma constância na avaliação do voto em relação a sua importância no sistema democrático, tal porcentagem demonstra uma consciência dos entrevistados na importância de votar e participar das deliberações do sistema.

O último plano apresentado da avaliação dos brasileiros relacionada ao sistema democrático e suas instituições se refere a satisfação que se tem de tal sistema nos seguintes termos.

Gráfico 7- Satisfação com a democracia, 2018

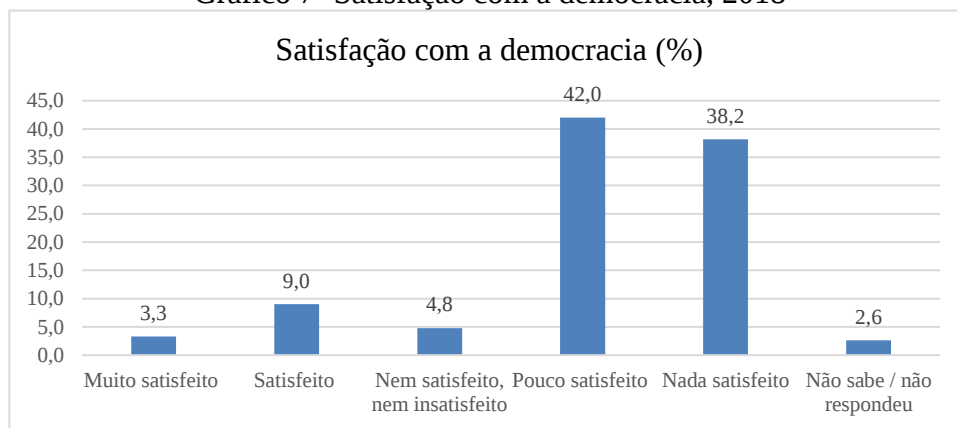


Figura 7. Fonte: ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro)

Pergunta: Q21. “De uma maneira geral, o(a) sr(a) está muito satisfeito(a), satisfeito(a) ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia no Brasil?”

Gráfico 8- Satisfação com a democracia, 2022.

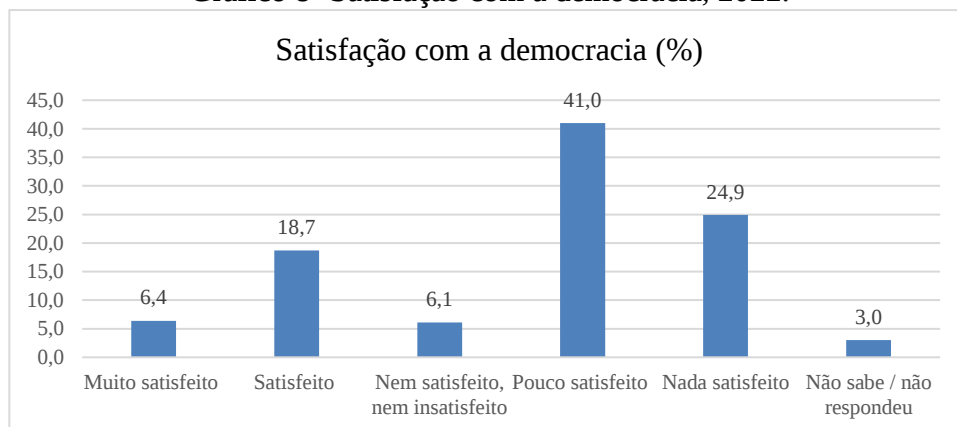


Figura 8. Fonte: ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro)

Pergunta: Q22. “De uma maneira geral, o(a) sr(a) está muito satisfeito(a), satisfeito(a) ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia no Brasil?”

Veja que os níveis de satisfação são semelhantes, embora em 2018 os não satisfeitos sejam mais expressivos, muito se deve ao contexto vivenciado naquele período, a saber, um massivo desconforto com o próprio sistema que dois anos antes destituiu um presidente eleito.

Contudo, as proposições do déficit democrático de Pippa Norris (2011) também podem ser observadas no caso brasileiro, ao passo que embora os entrevistados legitimem a democracia como escolha de regime, elas não veem suas aspirações contempladas pelo sistema democrático.

4. Considerações finais.

Propusemos neste trabalho uma descrição das grandezas que formulam o comportamento cívico em face do sistema democrático. Pois, pensar a participação e a expectativa política, na qualidade de instâncias interdependentes na relação com o sistema democrático é uma chave para compreender as transformações que tais grandezas sofreram nas últimas décadas.

O envolvimento ativo dos cidadãos nos processos políticos e na tomada de decisões que afetam a sociedade como um todo. Isso pode incluir atividades como votar em eleições, participar de manifestações, fazer campanha para um candidato ou partido político, envolver-se em grupos de interesse, participar de debates públicos, entre outras formas de engajamento cívico.

Já as expectativas se relacionam com as condições materiais de existência e experiência dos cidadãos, ao passo que determinam a crença que os mesmos depositam no sistema de tal modo que cada recorte temporal impõe uma cara de expectativa. As expectativas políticas podem envolver a confiança nos governantes, a crença na capacidade das instituições para resolver problemas sociais e econômicos, e a expectativa de que os líderes eleitos cumpram suas promessas e trabalhem em prol do bem-estar geral.

Trazendo tal itinerário teórico ao caso brasileiro pode de maneira assertiva confirmar o diagnóstico promulgado por Pippa Norris (2011) relativo ao déficit democrático, ao passo que os agentes ainda confiam na democracia como melhor caminho, embora não estejam com ela majoritariamente satisfeitos. No entanto, as inferências ainda podem ser melhor exploradas em pesquisas futuras.

Em resumo, a relação entre a participação política e a expectativa política é complexa e interconectada. Cidadãos engajados podem ter expectativas mais realistas sobre o processo político, e suas expectativas podem afetar o nível e o tipo de envolvimento que têm na política. Por sua vez, a participação política ativa pode influenciar as expectativas dos cidadãos em relação ao sistema político e sua capacidade de efetuar mudanças significativas

Referências Bibliográficas.

- Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (2006). *Dialética do esclarecimento* Zahar.
- Almeida, D. R. de. Representação como processo: a relação Estado/sociedade na teoria política contemporânea. *Revista De Sociologia E Política*, 22(50), 175–199. 2014
- ALMOND, G. & VERBA, S. 1989. *The Civic Culture : Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Nova York : Sage
- BARNES, S.H.; KAASE, M (org.). *Political action: Mass participation in five Western democracies*. Beverly Hills: Sage, 1979
- BORBA, J.(2012). Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. *Sociedade E Estado*, 27(2), 263–288.
- BOURDIEU, P. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras.2014
- CARVALHO, Laura- *Valsa Brasileira: Do boom ao caos econômico: Ainda*, 1ª edição, 2018
- DAHL, Robert.*Poliarchy: Participation and Opposition* New Haven, Yale University Press.
- DALTON, R., 2008. *Citizen Politics*. Washington, DC: Congressional Quarterly Press. C.
- HUNTINGTON, S. 1975. *Ordem política nas sociedades em mudança*. São Paulo: Edusp
- INGLEHART, Ronald; ABRAMSON, Paul. Measuring postmaterialism. *American Political Science Review*, n. 93,
- MANIN, B. 2013. A democracia do público reconsiderada. *Novos Estudos CEBRAP*, (97), 115–127.
- MARTINS, Júnior, J. P., & DANTAS, H.. (2004). O índice de participação e a importância da educação. *Opinião Pública*, 10(2), 268–287.
- MESZAROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social*, Boitempo, São Paulo. 2018.
- MILBRATH, L. W. *Political Participation*. Chicago: RandMcNally, 1965.
- NORRIS, Pippa. *Democratic deficit: critical citizens revisited*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- _____. *Recrutamento político*. *Revista De Sociologia E Política*, 21(46), 11–32.2013
- NUNES, Edson de Oliveira. *A gramática política do Brasil: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático*. 4.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- SARTORI, G., 1970. Concept Misformation in Comparative Politics. *The American Political Science Review*, 64(4), pp.1033-1053.

Okado, L. T. A., & Ribeiro, E. A. Mudança de valores em países latino-americanos: comparando os índices de pós-materialismo e valores emancipatórios. *Revista Brasileira De Ciência Política*, (24), 7–48. 2017.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalism, socialism and democracy* New York: Harper and Brothers, 1961.

REIS, FW. Mercado e Utopia [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Governabilidade, instituições e partidos. 387-417.

VERBA, S.; NIE, N. H.; KIM, J. O. *The modes of democratic participation: a cross-national comparison*. Sage: Beverly Hills, California, 1971.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979